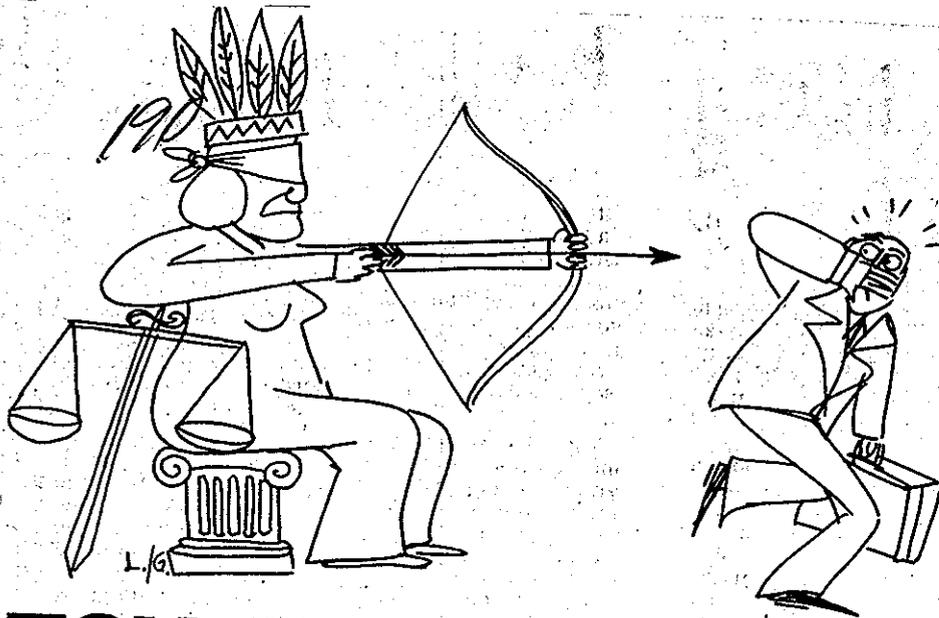


Povos Indígenas no Brasil

Fonte CORREIO BRAZILIENSE Class.: 637

Data 18/12/83 Pg.: _____



TCU denuncia: Funai quis vender doação

GILBERTO DIMENSTEIN
Da Editoria de Política

A Funai envolveu-se num explosivo problema com terras: desta vez, porém, os índios não precisam ficar preocupados, estão a salvo. Apenas um de seus ex-presidente, o coronel Nobre da Veiga, atualmente funcionário do Ministério do Interior no Rio de Janeiro, corre o perigo de levar uma poderosa fechada do Tribunal de Contas da União, devolvendo aos cofres públicos cerca de 40 milhões de cruzeiros, o suficiente para distribuir 1 litro de leite para 200 mil índios. Tudo porque o TCU resolveu investigar a doação de um terreno feita pelo Governo do Distrito Federal à Funai, onde deveria ser construída sua sede; o terreno foi doado há mais de dez anos.

O Tribunal de Contas relatou ontem as contas da Funai, mostrando fatos, no mínimo, curiosos, capazes de levantar suspeitas. Em 1981, a Funai, então dirigida por Nobre da Veiga, resolveu comprar uma nova sede. Até aí, tudo bem: afinal, tinha dependências precárias. Nem se importou em construir a sede dada pelo GDF para esse fim; comprou um prédio por

mais de 110 milhões de cruzeiros (hoje seria algo como 400 milhões de cruzeiros).

Primeiro detalhe: a nova sede da Funai, comprada da Cauê Participação e Administração; instalou-se na SIA, o setor de indústrias. Tinha, por isso, um Habite-se provisório. A Funai não poderia ficar lá por muito tempo. O terreno doado pela Terracap localiza-se num ponto apropriado, no SEP, destinado a repartições públicas. No mínimo, uma perda de tempo comprar um lugar sabidamente provisório.

Aí começa a novela. O coronel Nobre da Veiga iria pagar os demais 30 milhões entregando à Cauê o terreno doado; a lei, no entanto, proíbe essa venda. Resultado: os 30 milhões apenas foram pagos, com cerca de um ano de atraso. Com juros e correção monetária é claro. O inspetor-geral que analisou o processo in loco, enviado pelo TCU, acha que Nobre da Veiga deve pagar esse dinheiro que foi desembolsado por causa do atraso, algo hoje como 40 milhões de cruzeiros.

A Funai alegou que não tinha dinheiro para pagar os 30 milhões. O inspetor-geral não ficou satisfeito com essa justificativa. E descobriu que em 1981 a

Funai tinha um saldo financeiro livre de 264 milhões de cruzeiros. Além disso, o TCU acusa Nobre da Veiga de prestar informações falsas.

O coronel foi perguntado se o terreno fazia parte da transação. Ele garantiu que não. Entretanto, o TCU apurou há escritura segundo a qual a Funai prometia vender o terreno do SEP/Norte pelo preço de 30 milhões de cruzeiros. A venda apenas não se consumou porque a Terracap fez cumprir a lei.

O ministro Ewald Pinheiro, relator do processo, ainda pediu uma providência antes que Nobre da Veiga seja obrigado a pagar o dinheiro. Quer saber se o Conselho Fiscal tinha pleno conhecimento de toda essa transação. Quer saber também se a Funai já começou a construir sua sede num local apropriado. (Informa-se na Funai, porém, que nada foi feito).

Um fato, em particular, chama a atenção. O terreno, conforme a escritura, seria vendido à Cauê por 30 milhões de cruzeiros a fim de pagar o restante da dívida. Entretanto, conforme apurou o TCU, segundo avaliação da Caixa Econômica Federal, valia exatamente 45 milhões de cruzeiros.